



PORTOS EM MUDANÇA

O sector portuário nacional está em fase de mudança. A flexibilização laboral, recentemente aprovada, gerou uma onda de greves no sector, mas tudo indica que o propósito do Governo – e da 'troika' – em tornar este sector de actividade mais competitivo vai continuar. A redução da factura portuária nas tarifas cobradas aos armadores, na aposta de cobrar taxas variáveis aos concessionários privados dos terminais, em detrimento das actuais taxas fixas, e na redução de custos laborais são as metas a atingir a partir de 2013.

1. Leixões

É o segundo maior porto nacional, tendo já superado a carga movimentada pelo porto de Lisboa. O porto nortenho não costuma ser afectado pelas greves no sector.

2. Aveiro

Dos cinco maiores portos nacionais, Aveiro é o que movimentou menos carga, apresentando uma quota de mercado inferior a 5%. Consolida com o porto da Figueira da Foz.

3. Lisboa

O porto da capital é o terceiro mais importante em carga movimentada. Costuma ser o mais afectado pelas paralisações dos sindicatos. Tem uma vertente importante de turistas.

4. Setúbal

Com uma quota de mercado superior a 10%, o porto de Setúbal é fundamental para exportações de empresas como a Autoeuropa, Portucel, Cimpor ou Secil, por exemplo.

Movimento portuário nacional em 2011

(Milhares de toneladas)

■ Granéis
■ Carga geral

Fonte: IPTM

Regulador vai apresentar plano para factura portuária entre 25% e 30%

Documento, que será entregue ao Governo até ao final do ano, assenta no corte do tarifário, das rendas

Nuno Miguel Silva
nuno.silva@economico.pt

O presidente do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), João Carvalho, quer entregar até ao final do ano um projecto detalhado ao Governo a defender a redução da tarifa portuária entre 25% e 30%. O líder do órgão regulador do sector portuário nacional, que está há vários meses a preparar este documento, considera que a redução dos preços dos portos nacionais para os armadores é fundamental para ganhar a difícil guerra da concorrência com os portos espanhóis.

“É possível com o novo sistema de governação dos portos reduzir a factura portuária nacional entre 25% e 30%, actuando simultaneamente em três áreas: no factor do trabalho portuário, nas concessões dos terminais e no tarifário cobrado aos armadores e aos agentes”, defende João Carvalho.

O presidente do IPTM acredita mesmo que a redução poderá até ser superior: “Temos de conse-

guir uma maior racionalização nas administrações portuárias e, assim, pode até concretizar-se uma redução maior da factura portuária, em particular com o que se pode conseguir em termos de indução de exportações, onde penso que a tendência será para aumentar bastante”.

“Este projecto poderá ser aprovado pelo Governo em 2013. Se não o entregarmos ao Governo até ao final do ano é porque somos incompetentes”, assume o mesmo responsável.

Este documento assenta em três pilares: redução das taxas e tarifas cobradas aos armadores, aposta na cobrança de taxas variáveis nos terminais portuários em função da carga movimentada em detrimento das actuais taxas fixas; e flexibilização da legislação laboral. No caso das concessões de terminais, tudo também irá depender da nova legislação que a União Europeia irá publicar brevemente.

Este último aspecto, que proporcionou um recente acordo entre Governo, administrações



João Carvalho
Presidente
do IPTM

“Se a actividade portuária tem sido afectada pelo surto de greves, tal deve-se fundamentalmente à programação conjugada de atitudes de recusa ao trabalho por parte de organizações sindicais que persistem na sua recusa em reconhecer que a solução adoptada defende o essencial dos direitos adquiridos ao mesmo tempo que abre caminho à entrada de mais jovens na sua profissão”.

portuárias, alguns sindicatos e entidades patronais, desencadeou greves rotativas nas diversas classes profissionais do sector – pilotos de barra, estivadores e trabalhadores administrativos.

O presidente do regulador do sector portuário nacional critica a decisão dos sindicatos de terem avançado para as greves que têm afectado a actividade do sector nas últimas semanas. “Apelo aos dirigentes sindicais para que reflectam bem sobre o que é bom em termos de futuro para o sector, para a economia nacional e para o País”, recomenda João Carvalho.

O presidente do IPTM considera que a recente legislação laboral aprovada pelo Governo para o sector portuário não “coloca um único emprego em risco”. “Não é mexida a essência do trabalho portuário. E alguns sindicatos que assinaram esse acordo perceberam logo que esta nova legislação vai permitir inclusivamente criar emprego, talvez na casa dos 30%, porque vai reduzir o tra-

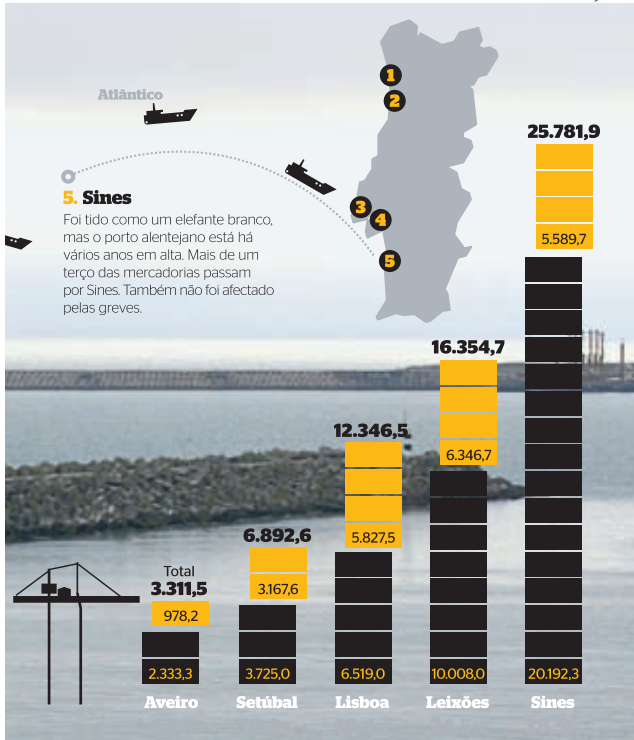
balho extraordinário”, sublinha.

“Respeitando-se e mantendo-se intacta a essência do núcleo operacional do trabalho portuário e da operação, abriu-se o campo de intervenção a outro tipo de trabalhadores em todas as áreas que, não integrando autenticamente o ciclo produtivo da operação portuária de carga e descarga de navios, tradicionalmente ainda constituíam, sem razão técnica justificativa, território exclusivo do trabalho portuário”, observa João Carvalho.

O presidente do IPTM insiste que com a nova legislação recentemente aprovada “foram afastados do âmbito da operação portuária aqueles segmentos adjacentes que, pela sua natureza, lhe devem ser estranhos – o trabalho nas plataformas logísticas, as funções administrativas de controlo de entradas e saídas nas portarias das instalações portuárias, as tarefas de armazenamento e as funções de condução de veículos de transporte pesados, a exemplo do que há anos é praticado no porto de Leixões. ■



Paulo Figueiredo



Infografia: Marta Carvalho | marta.carvalho@economico.pt

Cinco maiores portos nacionais valem cerca de 5,5% do PIB português

As exportações continuam a crescer acima da dinâmica da economia nacional.

A actividade dos cinco maiores portos nacionais deverá representar cerca de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, segundo diversos estudos realizados pelos portos de Leixões, Lisboa e Sines, apresentados ontem no Porto.

Para o director da Espirito Santo Research, Francisco Mendes Palma, este valor é “bastante significativo”, principalmente para “sabermos o peso e o valor das medidas que sejam feitas para a dinâmica desta actividade”.

Durante a intervenção no seminário “O mercado do Mar em Portugal e França” – subordinada ao tema “Os portos e a competitividade da economia portuguesa” – o mesmo responsável referiu, citado pela Lusa, que “as exportações portuguesas crescem acima da dinâmica dos portos tanto em termos da dinâmica dos portos na carga contentorizada, como na carga a granel, e todas crescem acima da dinâmica do país”.

Mendes Palma frisou, sem concretizar com números, que “em termos das exportações portuguesas de mercadorias e de bens transaccionáveis tem havido uma dinâmica significativa e que este ano – os últimos dados que existem são de Julho – continuamos com uma taxa de crescimento de cerca de nove por cento”.

“Este perfil das exportações portuguesas e o enfoque que tem sido dado nos últimos anos pelo crescente peso das geografias fora da União Europeia são elementos relevantes porque estas geografias utilizam quase de uma forma exclusiva o transporte marítimo” para fazerem chegar os produtos, disse.

PORTUGAL

75 mil pessoas

As actividades ligadas ao mar na economia portuguesa empregam actualmente cerca de 75 mil pessoas.

FRANÇA

305 mil pessoas

Em França, o sector marítimo vale 305 mil empregos e 52,1 mil milhões de euros de valor de produção.

No mesmo seminário, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa, o presidente da Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar, Ribau Esteves defendeu que neste âmbito é importante “não deixar que as coisas novas secundarizem os sectores tradicionais”.

“A Europa tem de investir nos sectores novos, na biotecnologia e no mar profundo”, mas, frisou Ribau Esteves, “é fundamental que consigamos estar ao mesmo tempo a fazer o investimento e o apoio aos sectores tradicionais, aos portos, à pesca, ao sector da reparação e construção naval, porque são aqueles que hoje dão emprego, que hoje geram riqueza e que hoje têm complementaridade com outros sectores da actividade económica, para que nas sinergias entre todos possa haver crescimento”.

As actividades ligadas ao mar consideradas na economia portuguesa empregam directamente cerca de 75 mil pessoas. Paralelamente, a posição geoestratégica do País confere-lhe uma situação privilegiada em relação ao mar da União Europeia e central relativamente às relações que se podem desenvolver com os países africanos e americanos do Sul.

O peso de França no sector marítimo é de 305 mil empregos e 52,1 mil milhões de euros de valor de produção. Para ambos os países, o mar é considerado um vector essencial do seu desenvolvimento.

“Os três projectos de Autoestradas do Mar (AEM) que ligarão portos franceses e portugueses serão uns dos primeiros elos de ligação entre os dois países, mas há muito mais a aproveitar em termos de oportunidades de negócios e cooperação, incluindo a internacionalização”, referiu a organização do seminário. ■

cortar

dos terminais e dos custos laborais.

Greves causaram prejuízo de 425 milhões em Lisboa

O presidente da Associação Comercial de Lisboa, Bruno Bobone, disse ao Diário Económico na passada segunda-feira que as greves iniciadas há duas semanas causaram um prejuízo de cerca de 25 milhões de euros, só no porto de Lisboa e apenas na vertente exportadora. “A média de exportações mensal no porto de Lisboa é de cerca de 425 milhões. Exportamos cerca de 370 mil toneladas por mês, que neste mês não vão poder ser escoadas. Os prejuízos deverão ser ainda maiores nas importações porque o porto de Lisboa importa cerca de 650

mil toneladas por mês”, assegurou este responsável em declarações ao Diário Económico. Neste momento, até 22 de Outubro, estão convocadas greves no sector portuário nacional mas apenas às horas extraordinárias. Ainda não deu entrada mais nenhum pré-aviso de greve, mas é quase certo que irão ocorrer novas paralisações até ao final deste ano, até porque alguns dos sindicatos organizadores destas greves já prometeram que vão continuar com esta forma de luta. Os portos de Leixões e de Sines não têm sido afectados por estas greves.



Portos Regulador vai apresentar plano para cortar factura portuária entre 25% e 30%. — P22